“Nós” e “Eles”: o processo de formação do estado russo sob uma perspectiva identitária

Matheus Passos Silva

Resumo: Este ensaio tem como objetivo apresentar relações entre alguns marcos teóricos a respeito do tema “identidade”, em uma perspectiva em que a identidade nacional de um povo vem sendo construída dentro de um período histórico, e a aplicação desta visão teórica ao processo de formação do estado¹ russo, apresentando, ao final, breve análise a respeito da maneira com que os russos se visualizam como povo unificado que, em tese, deu origem ao atual estado russo.

Quando se fala a respeito do tema “identidade nacional”, não se pode olvidar que está-se a trabalhar com identidades *internas*, ou seja, referentes ao próprio grupo social que é objeto de estudo, e identidades *externas*, ou seja, referentes à maneira como o grupo social estudado enxerga as demais identidades sociais que estão ao seu redor. O termo mostra-se ainda mais importante quando se tenta considerar o conceito de identidade não apenas como um conjunto de fatores que caracterizariam de maneira objetiva determinado grupo social, mas principalmente como um todo complexo que pode ser sintetizado na palavra “cultura” – conceito que é visto como sendo a base da formação do conceito de nação.

Contudo, antes de se trabalhar com determinados conceitos teóricos é necessário defini-los. Assim, faz-se necessário fazer um debate inicial sobre o conceito de nação, já que este conceito é fundamental no tema central deste artigo – qual seja, o surgimento do estado, inclusive em seu sentido de “estado-nação”. Segundo Bobbio (1998, p. 796),

Normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos (...) e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional. As dificuldades se apresentam quando se busca definir a natureza destes laços, ou, pelo menos, identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, independentemente da natureza dos laços que as determinam.

Ou seja, se por um lado a definição de Bobbio citada acima define razoavelmente o conceito de nação, por outro a própria definição já traz problemas ao não deixar claro quais laços naturais unem os indivíduos em um determinado território. Para diminuir tais dúvidas, Bobbio explica que o conceito de nação tem um caráter fortemente ideológico, que pode ser usado pelo estado para forjar um sentimento de união em torno de uma “causa comum” de acordo com as circunstâncias. Assim, “(...) antes da Primeira Guerra Mundial, Trento e Trieste eram italianas porque seus habitantes eram de língua italiana, enquanto a partir do

¹ Ao longo de todo este artigo a palavra “estado” será grafada exclusivamente com letra minúscula, evitando-se, assim, o chamado “fetichismo institucional” caracterizado pela grafia com letra inicial maiúscula.

término da Primeira Guerra Mundial, o Tirol do Sul é italiano porque se acha situado dentro dos ‘limites naturais’ da Itália.” (BOBBIO, 1998, p. 797-8). O que Bobbio chama de “ideologia nacional” seria a união da evolução do sistema de produção provocada pela Revolução Industrial – que criou mercados de dimensões “nacionais”, ampliou cada vez mais os horizontes da vida cotidiana das diversas camadas da população e uniu à entidade “estado” diversos comportamentos econômicos, administrativos, políticos e jurídicos – a comportamentos que constituem o sentimento íntimo da personalidade e da afinidade básica do grupo (BOBBIO, 1998, p. 798).

Hobsbawm, por outro lado, é uma voz crítica em relação à definição de nação tendo como base apenas critérios linguísticos ou territoriais. Ele afirma que a língua não é senão um dos componentes formadores de uma nação e, portanto, não pode ser visto como o principal elemento formador da nacionalidade de um país. O autor cita os exemplos da Alemanha e da Itália, países que consideravam como básicos para formação de sua nacionalidade o conhecimento da língua culta alemã e italiana, respectivamente, o que em princípio favoreceria o argumento linguístico como base nacional; mas cita também os exemplos da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda, que falam a mesma língua e não formam uma única nação, e da Croácia, país no qual são falados três dialetos que são utilizados conforme os objetivos políticos ou culturais do interlocutor (HOBSBAWM, 1990, cap. 1 e 2).

Norbert Elias também traz outra ideia subjacente ao conceito de nação: é a ideia do *processo civilizador* como um dos componentes do conceito de nação. Como diz Elias (1994, p. 64, grifos no original),

O conceito de *civilisation* é inicialmente, como acontece com o de *Kultur*, um instrumento dos círculos de classe média – acima de tudo, da *intelligentsia* de classe média – no conflito social interno. Com a ascensão da burguesia, ele veio, também, a sintetizar a nação, a expressar a auto-imagem [*sic*] nacional.

Em outras palavras, o que Elias informa é que a ideia de um processo civilizador que ocorreu durante a Idade Média e no início da Idade Moderna – processo este que, inegavelmente, também ocorreu na Rússia – serve para explicar como foi possível haver a centralização política nas mãos de um rei e, mais que isso, como a própria sociedade daquele período passou a se aglutinar em torno de certos princípios que, posteriormente, poderiam ser identificados como componentes da identidade nacional de seus respectivos países.

No caso da Rússia, esta delimitação do sentimento de nação não é tão fácil de ser feita. Vera Tolz (2001, p. 1), por exemplo, afirma que há três maneiras principais de se analisar a construção da identidade russa: a primeira seria a visão de “Rússia *versus* o Ocidente”, presente na intelectualidade russa em praticamente todo o período que vai do século XVI até os dias de hoje; a segunda seria a de se enxergar os russos como criadores e preservadores de uma comunidade multiétnica única, vista como profundamente diferente dos impérios europeus e asiáticos e que, portanto, poderia servir como “ponte” entre Europa e Ásia – daí advindo sua importância como nação; e a terceira seria a de tomar os russos como membros de uma comunidade de eslavos do leste, cujas origens remontam à Rússia de Kiev, por volta do século IX.

Já Geoffrey Hosking (1997), por sua vez, afirma que a Rússia tem problemas históricos em sua definição de nacionalidade porque seus governantes, em primeiro lugar, se preocuparam em criar um estado imperial para só então, garantidas as fronteiras e a segurança externa do império, pensar em se criar uma sociedade civil e, conseqüentemente, uma nação. Para Hosking, a dificuldade de se definir o conceito de nação na Rússia é dada pelos próprios vocábulos: *ruskii* define aqueles que são etnicamente russos – nacionalidade étnica –, e *rossiiskii* são aqueles que faziam parte do império russo – nacionalidade cívica. Ainda segundo Hosking (1997, p. xix): “(...) a língua russa reflete o fato de que há dois tipos de *Russianness*², uma conectada com o povo, com a língua e com os principados pré-imperiais, e outro com o território, com o império multinacional, com a grande potência europeia”.

Por sua vez, há interessante relato contemporâneo feito pelo professor Viktor Viktorovich Gorokhov, titular da cadeira de “Cultura Russa” e membro do Conselho Superior do Instituto de Turismo e Hospitalidade da Rússia. Segundo o professor:

Interessante quem eram chamados de “russos” [por volta do século XIV]: não pela origem, nem pelo sangue, nem pelo nome ou pelo sobrenome; se o indivíduo se considerasse russo e, *principalmente, se o indivíduo fosse ortodoxo*, então seria russo. *Era o pertencer à Igreja Ortodoxa que fazia com que o indivíduo fosse considerado “russo”* (GOROKHOV, 2006, grifo nosso).

Vê-se, portanto, que existem alguns entraves no conceito de nação – como o mesmo é entendido no chamado “mundo ocidental” – e sua aplicação no caso da Rússia. Neste sentido, são percebidas com clareza três possibilidades de relacionamento dos conceitos de identidade anteriormente apresentados com o caso concreto em debate. A primeira possibilidade se relaciona diretamente com a hipótese apontada por Vera Tolz e diz respeito à maneira como os próprios russos se definem: a Rússia se formou como nação tendo o Ocidente como “o outro”. A segunda possibilidade, apontada por Geoffrey Hosking, se refere à questão extremamente importante da diferença entre nacionalidade – ou *identidade* – étnica e nacionalidade cívica. Por fim, a terceira possibilidade se refere à identidade religiosa: russos são aqueles que se definem como ortodoxos. Frente a tantas possibilidades, qual delas pode ser a verdadeira? Ou, em outras palavras, qual serve para explicar, com o maior grau possível de certeza, a maneira como o cidadão russo se vê como tal e, a partir de tal ponto de partida, define sua participação no cenário político russo atual?

Ao ter-se contato com o texto de Vera Tolz, e ao verificar-se *in loco*, durante as viagens realizadas pelo autor deste artigo à Rússia, a maneira como os russos se comportam com os estrangeiros, seria possível afirmar que a primeira possibilidade é a mais plausível de ser levada em consideração, já que há, realmente, a visão de que os europeus – colocados todos em uma mesma categoria, independentemente de sua nacionalidade – são “os outros”, ou seja, aqueles frente aos quais os russos se colocam como “opositores” para, só assim, poderem se definir como russos. Neste contexto, há claramente na sociedade russa a visão de “nós” e “eles”, uma apartação que faz com que os russos se definam como tais. Exemplo claro é a utilização frequente, no linguajar coloquial, do pronome *nashi* – “nossos” – para

² Tal termo pode ser entendido como “russianidade”.

definir os esportistas russos em qualquer tipo de esporte, seja individual ou coletivo. Por exemplo, aqui no Brasil, quando um atleta brasileiro vence determinada prova, geralmente a mídia afirma: “O *brasileiro* Fulano de Tal venceu...”. Na Rússia raramente se utiliza o gentílico: o discurso geralmente é feito afirmando-se “Os *nossos* venceram...” ou “Os *nossos* perderam”.

No entanto, esta ideia de “nós” e “eles” – e este “eles”, devido à própria localização geográfica da Rússia, na grande maioria dos casos são os europeus – perde força quando enxergamos o caso concreto pelo prisma trazido no texto de Heller e Fehér, no qual os autores irão afirmar que é impossível se utilizar o conceito de “Europa” como um todo simplesmente porque é impossível dizer que exista uma identidade verdadeiramente europeia. Em seu texto, Heller e Fehér (1998, p. 211) afirmam que “a cultura européia [*sic*] talvez seja a de mais curta vida na história registrada ou pelo menos é o que parece”. Dizem isto porque, segundo eles, “antes do século dezoito não se formara uma cultura especificamente européia [*sic*]” e que, portanto, não haveria tempo suficiente para se criar o que eles chamam de “consciência da cultura”: “a consciência da cultura exige a identificação do portador da cultura, o compromisso com um determinado estilo de vida e a crença na superioridade desse estilo de vida” (HELLER; FEHÉR, 1998, p. 211),

Assim, ainda que a Europa tenha raízes comuns – os autores citam a religiosidade cristã, a língua latina e a herança política do Império Romano –, tais origens foram descartadas no período da modernidade: “os séculos dezesseis e dezessete não se caracterizaram nem pela unificação nem pelo estabelecimento de uma integração comum chamada ‘Europa’” (HELLER; FEHÉR, 1998, p. 214). Ao invés disso, o continente se dividiu ainda mais, com diversas religiões cristãs, diversas línguas espalhadas pelo território europeu e diversos regimes políticos variando da democracia liberal ao totalitarismo. Consequentemente, por não ter havido um passado político comum, não foi possível criar na Europa a “consciência da cultura” citada anteriormente, o que leva os autores a afirmarem que “a tradição européia [*sic*], ocidental, foi portanto criada retrospectivamente” (HELLER; FEHÉR, 1998, p. 214). Para os autores, apenas durante o século XIX existe algo que pode ser chamado verdadeiramente de *cultura europeia*: “o que se pode chamar de ‘cultura européia’ [*sic*], portanto, floresceu sobretudo no período desde as guerras napoleônicas até a eclosão da Primeira Guerra Mundial” (HELLER; FEHÉR, 1998, p. 215). Antes e depois deste período não haveria cultura europeia porque as supostas e diversas culturas europeias, de cada estado-nação, “eram culturas em conflito, competição, e às vezes simplesmente ignorando-se umas às outras” (HELLER; FEHÉR, 1998, p. 225).

Os argumentos de Heller e Fehér podem ser comprovados por fatos contemporâneos. É sabido que a Turquia tem interesse em passar a fazer parte da União Europeia (UE), e este bloco tem, frequentemente, imposto cada vez mais barreiras à entrada daquele país. Apesar do bloco se intitular como uma “união”, o que se percebe é a busca individual de cada país pelo seu interesse específico. Assim, enquanto França e Alemanha são contrários à entrada da Turquia na UE, Reino Unido e Espanha, por exemplo, são favoráveis. Esta disputa interna à UE pela entrada ou não da Turquia é uma mostra de que a Europa, como unidade identitária, não está ainda formada: cada país luta pelos seus próprios interesses e, neste sentido, busca o fortalecimento de sua respectiva posição dentro do bloco, pelo menos em

alguns assuntos, deixando nas mãos dos órgãos administrativos da UE outros assuntos que, talvez, sejam considerados não tão importantes pelas lideranças nacionais. Assim, se a Europa não é um bloco identitário único, como poderiam os russos criarem sua própria identidade considerando a Europa como um bloco único?

A segunda possibilidade de análise da identidade russa refere-se à separação feita entre a nacionalidade étnica – ou seja, aqueles cujos pais, avós, bisavós e assim por diante são russos, ou seja, os possuidores de uma *etnia* russa vinculados aos antigos povos eslavos – e a nacionalidade cívica – indivíduos que não fazem parte da chamada *etnia* russa, mas que nasceram no território politicamente constituído da Rússia, como os chechenos e os povos da Sibéria.

Este foco de análise pode ser visto como um dos principais entraves à definição do próprio conceito de nação e de identidade russas: afinal de contas, o que é genuinamente ser russo? Atualmente, a xenofobia vem crescendo em graus alarmantes na Rússia porque muitos russos *étnicos* não consideram como russos aqueles que vêm de regiões consideradas “não-eslavas” ou “periféricas” da Rússia, ou seja, de regiões que estão fora do eixo Kiev – Moscou – São Petersburgo. Muitos dos novos *skinheads* russos acreditam que os russos *cívicos* oriundos das regiões do Cáucaso, de maioria muçulmana, ou das regiões siberianas, na verdade, não são russos *étnicos* e, por isso, não têm o direito de estarem no país. Há intenso conflito atualmente na Rússia a este respeito, e inúmeros casos de espancamentos e até mesmo de assassinatos vêm sendo relatados como consequência desta dubiedade em relação ao conceito do que seja a identidade russa. A reação do estado russo frente a tais acontecimentos tem sido a de tentar aprofundar os elementos que definem *civicamente* os russos, e não *eticamente*, ou seja, de dar força àqueles elementos que formam a identidade russa com base nos limites territoriais do estado. Mas, ao mesmo tempo, o próprio estado russo baseia muitas de suas propagandas nacionalistas na “qualidade étnica” que o povo russo teria, o que, em nível de políticas públicas, cria uma contradição.

Tais itens confirmam o que foi dito por outro autor de extrema relevância no âmbito deste debate acadêmico. Martins (2002, p. 27) afirma que “há um forte elemento de mescla entre componentes reflexivos e instrumentais no papel das idéias [*sic*] – e no do seu conjunto, como cultura – dentro das relações sociais de poder”. Isto significa dizer que as ideias formadoras da identidade, apesar de inicialmente serem consideradas como subjetivas, se transformam em políticas públicas objetivas – e aqui tem-se uma contradição no caso concreto em estudo, já que o estado russo ora acentua a qualidade étnica de seus componentes, ora dá primazia apenas à união cívica deles.

A terceira possibilidade do processo de formação da identidade russa foi explicitada pelo professor Gorokhov em sua palestra: russos são aqueles que se definem como seguidores da religião ortodoxa. Aqui a dualidade “nós”-“eles” fica bem mais explícita, e esta poderia ser uma possível solução para a formação da identidade russa no que diz respeito à primeira possibilidade explicitada acima: considerando-se o fato de que os europeus, de maneira geral, seguem outras religiões que não o cristianismo ortodoxo, poder-se-ia afirmar que russos são apenas aqueles que seguem a religião ortodoxa, e neste sentido a Europa, como unidade identitária, seria vista como todos os *outros* que não seguem a ortodoxia. Se fosse

considerada a religião e suas relações com os demais povos europeus, a dualidade “nós”-“eles poderia ser razoavelmente explicada e aceita.

No entanto, esta dicotomia com base na religião cairia por terra ao se levar em consideração a segunda possibilidade, que já foi debatida anteriormente: e os russos do Cáucaso, que em sua maioria são muçulmanos? Seguem tais pessoas uma identidade russa? Se a ideia de que “russos são os que seguem a religião ortodoxa” for posta em prática, a Rússia ver-se-ia reduzida a uma pequena parte do que hoje é seu território: o sul da Rússia, com todas as suas fontes de petróleo, deixaria de ser russo, e toda a Sibéria, local no qual se situam as maiores reservas energéticas de gás do país (quicá do planeta) também deixaria de ser russa. Obviamente, a “perda” de tais territórios não passa, em nenhum momento, pela cabeça dos governantes russos, o que traz mais problemas do que soluções para a busca pelo sentimento de nação na Rússia.

Como tais ideias se refletem no âmbito jurídico? Veja-se o que traz o art. 6º da Constituição da Federação da Rússia no que concerne à definição de *cidadão*:

Art. 6º

1. A Cidadania da Federação da Rússia é adquirida e renunciada em conformidade com a lei federal é uniforme e igual, independentemente da aquisição.
2. Todos os cidadãos da Federação da Rússia têm, em seu território, todos os direitos e liberdades e deveres iguais, estipulados pela Constituição da Federação da Rússia.
3. O cidadão russo não pode ser privado de sua cidadania ou do direito de alterá-la (FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, 1993).

Estipulou-se aqui em buscar o conceito constitucional de *cidadão* porque este é o conceito que mais se aproxima do debate tratado neste artigo. Desta forma, percebe-se que a Constituição traz em seu texto a ideia de cidadão em seu sentido cívico, formal, o que se encaixa na segunda abordagem acima apresentada. E não poderia se esperar nada diferente, já que a Rússia, ao se definir constitucionalmente como um estado democrático de direito que defende “direitos e liberdades humanas”, conforme previsto no preâmbulo, tem por objetivo a defesa de todos os seus habitantes em grau de isonomia, não beneficiando uma etnia em função de outra – ou seja, tem-se a isonomia *cívica* garantida pela Constituição.

Por outro lado, o art. 26 da Constituição fala que “todos têm o direito a determinar e indicar a sua nacionalidade. Ninguém pode ser forçado a determinar e indicar a sua nacionalidade” e ainda que “todos têm o direito a usar sua língua nativa na seleção, à escolha livre da língua para comunicação, educação aprendizagem e criatividade” (FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, 1993). Aqui o leitor deve ter atenção ao significado da palavra “nacionalidade”: o termo está vinculado àquilo que os russos entendem como “nacionalidade étnica” – eslavos, chechenos, povos da Sibéria, dentre outros, ou seja, ao *oposto* do que apresentado no parágrafo anterior. Percebe-se, assim, que a Lei Máxima da Federação da Rússia também “sofre” do mesmo problema que abarca o aspecto acadêmico: qual definição de nacionalidade – a cívica ou a étnica – mais define o conceito de identidade russa?

Há ainda duas outras questões que podem ser colocadas, no caso da Rússia, no que diz respeito ao seu processo de formação da identidade nacional. A primeira delas se relaciona ao próprio processo de formação do estado russo. Norbert Elias mostrou em detalhes como a monarquia absolutista na França surgiu a partir de um lento processo de centralização política, no qual os diversos guerreiros foram perdendo espaço para aqueles senhores feudais que, posteriormente, transformar-se-iam na nobreza da corte, ao mesmo tempo em que se relacionavam com a burguesia mercantil nascente e com o próprio rei, este o principal dos nobres (ELIAS, 1993). Por sua vez, como se deu a formação do estado russo? Quais são as características peculiares de todo o processo de formação do estado russo que levou a uma virtual falta de identidade naquele país, a ponto de hoje, conforme mostrado anteriormente, não se haver ainda bem definido o conceito de nação na Rússia? A título de exemplo, coloca-se abaixo uma citação, relativamente longa, mas necessária para os propósitos deste artigo.

O caráter geral do mecanismo monopolista será discutido com mais detalhes adiante. Mas é necessário afirmar já a esta altura que um mecanismo desse tipo também esteve envolvido na formação dos Estados, da mesma forma que antes ocorrera no caso de unidades menores, ou territórios ou, mais tarde, em outras ainda maiores. Somente conservando em mente esse mecanismo é que poderemos compreender que fatores na história dos diferentes países o modificam ou podem, mesmo, neutralizá-lo. Só assim entenderemos claramente por que a tarefa que o suserano do Império Romano-Germânico enfrentou foi incomparavelmente mais difícil do que aquela com que teve de lidar o potencial governante da região franca do Ocidente. No Império, também, através de lutas de eliminação e de uma acumulação constante de territórios nas mãos dos vencedores, precisaria emergir um domínio territorial suficientemente forte para absorver ou eliminar todos os demais. Apenas dessa maneira poderia um Império tão diversificado conseguir se centralizar. (...) Numa área tão grande e variada como essa, a probabilidade de que emergisse um poder claramente dominante era bem menor do que em áreas mais restritas, especialmente porque, nessa fase, a integração econômica era menor e, as distâncias, muitas vezes, maiores do que mais tarde. De qualquer modo, lutas de eliminação numa área tão grande precisariam de muito mais tempo do que nas áreas vizinhas, menores (ELIAS, 1993, p. 94).

O porquê de uma citação tão longa quanto esta tem sua explicação. Elias afirma, em seu texto, que o eventual líder do Império Romano-Germânico teria mais dificuldade para centralizar o poder em suas mãos devido ao tamanho do território, o que não ocorreria na França, onde, devido ao território ser menor, teria sido mais fácil tal centralização. Seria este um dos motivos pelos quais a Alemanha, como país instituído, só teria surgido ao final do século XIX. Mas veja-se o contraste com a Rússia: esta, como estado instituído, existe desde o século XVI, e há autores que afirmam que a centralização do poder nas mãos dos czares tenha ocorrido ainda antes desta época. O que permitiu à Alemanha, em fins do século XIX, sendo um país “novo”, ter sua identidade nacional bem definida, e impediu a Rússia, à mesma época sendo um país bem mais “antigo”, não ter ainda sua identidade nacional estabelecida? Além disso, o estado russo realmente representa uma identidade nacional e/ou cultural de sua população? Como se percebeu pela leitura do texto constitucional, parece que esta identidade ainda não está completamente bem definida, já que existe, por um lado, a definição de nacionalidade cívica, mas não a de identidade nacional propriamente dita.

O segundo questionamento é o seguinte: como é sabido, a Rússia é um país multiétnico. Mas, para além disto, o país é também considerado multinacional, sendo composto por diversas repúblicas – algumas delas autônomas – e que, frequentemente, trazem problemas para o poder central justamente por não se identificarem com o que seria o *caráter nacional russo*. Ou seja, o governo central russo dá autonomia política às unidades federativas que compõem o território russo, mas não lhes dá autonomia cultural e identitária – o que, muitas vezes, faz com que surjam choques entre os interesses locais e os interesses da elite governante situada em Moscou.

Como solucionar tais questionamentos? Possibilidades podem ser obtidas na análise não apenas daqueles que exercem o poder político no país, mas também pela análise do cotidiano dos russos, ou seja, do “cidadão comum”. Neste sentido, a citação do texto de Zaccur pode trazer mais informações sobre o tema.

(...) Problematizamos metodologias do cotidiano a partir de alguns questionamentos que se entrelaçam. O primeiro deles põe em questão a existência do caminho único, investigando a pluralidade de metodologias. Metodologias *de quê?* – eis a primeira questão que nos leva a interrogar as metodologias do cotidiano a partir do seu determinante. No segundo questionamento, a natureza do determinante impõe uma nova pergunta: que epistemologia se presta a focar o cotidiano em sua complexidade? (...) (ZACCUR, 2003, p. 177).

Uma possível busca para solucionar esta questão da nacionalidade na Rússia está no cotidiano vivido pelos cidadãos russos. Ou seja, como os próprios russos enxergam a questão de identidade no seu dia-a-dia é fator fundamental para a definição de sua própria nacionalidade. Assim, seria possível afirmar que os conceitos de nação, e até mesmo de identidade, como formulados por pensadores ditos “ocidentais” é de fundamental importância para que se possa ter um norte a seguir. Mas dois pontos devem ser levados em consideração quando da utilização de tais conceitos: primeiro, o fato de que tais conceitos, por buscarem a criação de um padrão, generalizam e acabam perdendo detalhes, ou seja, quanto maior a extensão que o conceito pretende explicar, menor a compreensão do objeto, e vice-versa; segundo, o fato de que conceitos criados por autores ocidentais referem-se a estruturas culturais e identitárias do mundo ocidental que não servem para serem aplicados em toda e qualquer sociedade de maneira indiscriminada. Assim, analisando o cotidiano dos russos e vendo quais são suas características específicas e intrínsecas a todo o processo de formação histórico de sua identidade é que se torna possível chegar a um conceito de nação que, se não o verdadeiro – já que, como diz Paul Veyne (1984, p. 140), “(...) a verdade é que a verdade varia” –, pelo menos seja o conceito que, no mínimo, forneça o necessário para que se possa compreender este fenômeno.

Ainda no que diz respeito à importância do cotidiano na definição das identidades culturais, dois exemplos podem ser dados. O primeiro se refere à questão do feminismo, destacada por Heller e Fehér (1998, p. 207, grifos nossos) como “(...) a maior e mais decisiva revolução *social* da modernidade. (...) Pois a cultura feminina, até então marginalizada e não reconhecida, está agora bem encaminhada para articular uma declaração de princípios final em seu próprio nome, reclamar sua metade da cultura tradicional da humanidade”. Neste sentido, o cotidiano da Rússia se mostra como um cotidiano que, durante muito tempo,

esteve à frente do cotidiano feminino ocidental no que diz respeito às relações entre mulher e trabalho. Como é sabido, na ex-União Soviética, durante o período da Segunda Guerra Mundial, as mulheres tomaram a primazia no trabalho industrial, já que os homens estavam sendo mandados para o *front* de batalha; da mesma forma, mesmo após o fim da guerra e até hoje, as mulheres ainda têm lugar de destaque e são vistas como intelectualmente iguais em diversas áreas da sociedade russa, o que se pode afirmar que aconteça, por exemplo, aqui no Brasil.

O segundo exemplo refere-se, novamente, à Igreja Ortodoxa, já citada anteriormente. Reportagem publicada no jornal *The Moscow Times* fala sobre uma carta aberta endereçada ao presidente russo, Vladimir Putin, escrita por intelectuais e cientistas membros da Academia de Ciências da Rússia. Tal carta afirma que “a crescente influência da Igreja Ortodoxa Russa [nos assuntos de estado] ameaça erodir a separação entre igreja e estado e atrapalhar as outras religiões oficialmente reconhecidas” (THE MOSCOW TIMES, 2007). A reportagem mostra a insatisfação de determinados setores da sociedade no que diz respeito ao apoio incondicional que o estado russo dá à Igreja Ortodoxa. De importância crucial para o argumento aqui desenvolvido é a seguinte frase: “Os assinantes da carta disseram que dar preferência à Igreja Ortodoxa poderia trazer problemas em relação ao equilíbrio étnico e religioso em um vasto país, que é também a casa de mais de 20 milhões de muçulmanos, bem como de seguidores de dezenas de outras crenças” (THE MOSCOW TIMES, 2007). Ou seja, a análise do cotidiano, aqui, é de fundamental importância para que seja possível entender não apenas como as relações se dão neste próprio cotidiano, mas, mais ainda, como tais relações presentes no cotidiano – ou, em outras palavras, como as ideias da massa de indivíduos que compõem a sociedade russa – se afunilam a ponto de se transformarem em políticas públicas que irão trazer algo de retorno a esta mesma sociedade. Mais uma vez, como diz Zaccur (2003, p. 179), é necessário “(...) escavar o socialmente esquecido. Ao fazê-lo, traz à tona a nuance sutil, o acaso, o contexto, levando em conta o detalhe que faz diferença, sem o que somos presas fáceis de uma pretensa objetividade, terminando por nos aprisionar ao reducionismo”.

Percebe-se, por todo o exposto, que a definição do conceito de identidade nacional perpassa não apenas o que acontece no “alto nível” da política, da economia, da sociedade e da cultura, mas também é necessário compreender que a História não se concentra nas decisões únicas e exclusivas daqueles que detêm o poder oficialmente instituído; pode-se perceber que, tão importante quanto tais atores nos níveis dominantes, o dia a dia do chamado “cidadão comum” também é fundamental para se definir o processo de formação da identidade nacional russa.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. 11ª Ed. 2 vol. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

_____. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA. *Конституция Российской Федерации* [Constituição da Federação da Rússia]. Раздел первый. Основные положения. Глава 1. Основы конституционного строя [Primeira Seção. Elementos principais. Capítulo 1. Fundamentos da ordem constitucional]. Promulgada em 12 de dezembro de 1993. Disponível em <http://www.constitution.ru/index>. Acessado em 21 de maio de 2014.

GOROKHOV, Viktor Viktorovich. *Origem e desenvolvimento da cultura russa*. Palestra apresentada no Instituto de Turismo e Hospitalidade em Moscou, Rússia. Data da palestra: 20 de setembro de 2006.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Cap. 10 e 11: *Europa, um epílogo?* Pág. 209-227.

HOBBSBAMM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOSKING, Geoffrey. *Russia: People and empire, 1552-1917*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais: cultura e poder*. Brasília: IBRI, 2002. Cap. 1: "O poder das idéias". Págs. 23-41.

THE MOSCOW TIMES. Growing influence of Church troubles leading academics. In: *The Moscow Times*. Nº 3705, 24 de julho de 2007, pág. 2. Disponível em <http://www.themoscowtimes.com/news/article/growing-influence-of-church-troubles-leading-academics/195496.html>. Acessado em 21 de maio de 2014.

TOLZ, Vera. *Russia*. Série "Inventing the nation". Londres: Arnold; Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

VEYNE, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite (org). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.